

O ACESSO DE TRANSEXUAIS E TRAVESTIS À EDUCAÇÃO SUPERIOR NA PERSPECTIVA DA DEMOCRATIZAÇÃO

Tatiane Lima
UFMS/Brasil/tatianelimaufms@gmail.com

Carina Elisabeth Maciel
UFMS/Brasil/carina.maciel@ufms.br

INTRODUÇÃO

Imersa em um contexto de transformações sociais, culturais, políticas e econômicas, compreendemos a educação superior como um bem público, direito social e dever do Estado, cujo acesso tem sido historicamente incidido por desigualdades que delimitam o ingresso de determinados grupos. Nesse segmento, reconhecendo seu histórico caráter meritocrático e seletivo, consideramos que, para consolidar o direito à educação para todas/os, a democratização do acesso à universidade deve abranger diferentes demandas e ações conforme as injustiças culturais e socioeconômicas¹.

A partir desse princípio, as políticas promulgadas durante os governos de Lula (2003 - 2010) e de Dilma Rousseff (2011 - 2014/interrompido) para democratizar o acesso à educação superior, são medidas adotadas para minimizar desigualdades que dispõem de contradições. Embora tenham contribuído para a mudança do perfil socioeconômico das/os estudantes que têm ingressado nas universidades federais², uma vez que são direcionadas a segmentos historicamente excluídos do acesso à educação, centrando no contexto sócio-educacional de transexuais e travestis, tais políticas, ainda não consideram as especificidades determinadas por esta condição.

¹ Compreendemos as injustiças culturais e socioeconômicas a partir da teoria de justiça social desenvolvida por Nancy Fraser (2020). De modo breve, a autora configura a injustiça cultural, ou simbólica, pautada na dominação cultural, na ausência de reconhecimento e no desrespeito, enquanto a injustiça socioeconômica está enraizada na estrutura político-econômica da sociedade, ocorrendo por meio da exploração, marginalização econômica e privação.

² Segundo a IV e a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das Ifes realizadas pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) em 2014 e 2018, a democratização do acesso modificou o perfil das/os discentes dos cursos de graduação das universidades federais, havendo um “[...] aumento numérico da presença de estudantes do sexo feminino, de autodeclarados pretos e pardos, de indígenas, cuja renda familiar mensal per capita encontra-se dentro da faixa de elegibilidade do PNAES, sendo que a maioria destes cursou o ensino médio em escolas públicas” (ANDIFES; FONAPRACE, 2019, p. 07).

Por conseguinte, o presente estudo tem como objetivo identificar as estratégias adotadas pelas universidades federais, no Brasil, para democratizar o acesso de transexuais e travestis à educação superior, no período de 2000 a 2019. Para tanto, primeiro discorreremos brevemente sobre como compreendemos a democratização para, posteriormente, apresentar as referidas estratégias.

UNIVERSIDADES FEDERAIS E O ACESSO DE TRANSEXUAIS E TRAVESTIS

Ainda que a educação seja um direito que deve ser garantido a todas as pessoas (BRASIL, 1988), a escola, concebida inicialmente para acolher algumas/ns e, posteriormente, requisitada por aquelas/es às/-aos quais havia sido negada, se faz diferente para determinados grupos que comumente não são acolhidos quando há práticas discriminatórias (LOURO, 2014). Sob esse pressuposto, a recusa do nome social e o impedimento do uso do banheiro de acordo com a identidade de gênero são algumas práticas recorrentes que interferem na conclusão dos estudos e, consequentemente, no acesso de transexuais e travestis à educação superior.

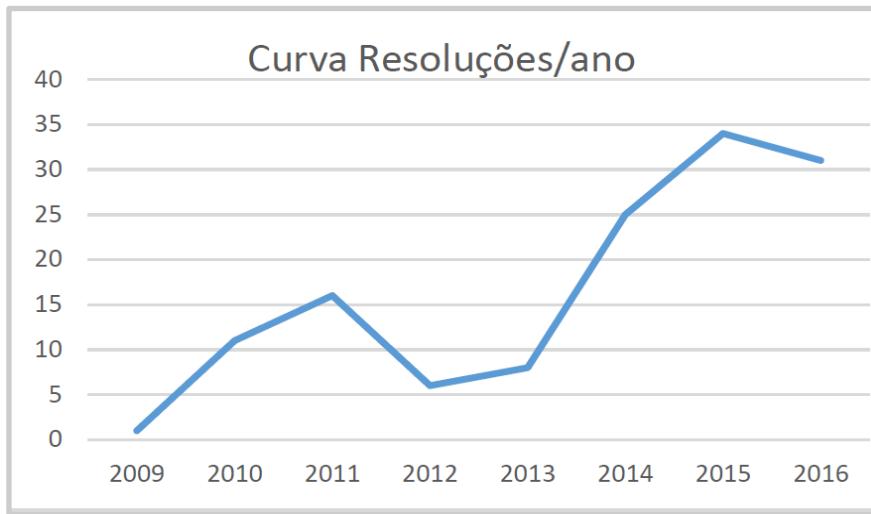
Dessarte, reconhecendo que há várias dimensões da democratização baseadas em diferentes concepções da justiça (DUBET, 2004), compreendemos a democratização do acesso à educação superior como uma concepção da justiça cujas políticas e/ou ações visam a equidade de condições para o acesso a esse nível de ensino. Para tanto, a partir de uma noção ampla de justiça (FRASER, 2020), tais ações requerem abranger tanto a redistribuição quanto o reconhecimento. A partir dessa perspectiva, o foco do nosso estudo reside sobre as estratégias adotadas pelas universidades federais para promover o acesso de acordo com as especificidades requeridas por transexuais e travestis.

Nesse ínterim, as reivindicações dos movimentos de transexuais e travestis pela regulamentação do uso do nome social na educação superior conferiram em ações no interior das universidades federais. Como as universidades têm autonomia para publicar regulamentações internas sem se submeterem à aprovação do governo (BRASIL, 1988), cada instituição tem elaborado suas resoluções, portarias ou normativas de modo independente e a partir de diferentes demandas.

A Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), por exemplo, foi a primeira instituição a efetivar uma resolução sobre a inclusão do nome social de estudantes e servidoras/es em 2009. Em seguida, outras resoluções foram instauradas em 205

universidades, dentre as 284 universidades públicas no Brasil, com base no gráfico elaborado por Correa (2017),

Figura 2 - Relação do número de resoluções por ano no Brasil



Fonte: CORREA (2017, p. 170).

Conforme o período referenciado no gráfico, a partir de 2014 houve um aumento considerável da implementação de resoluções de nome social. Nesse contexto, consideramos que a visibilidade e fortalecimento político dos movimentos de transexuais e travestis, a inserção do nome social no ENEM, a implementação de resoluções sobre o uso nome social pelas secretarias de educação para o ensino fundamental e médio e o aumento dos grupos de pesquisa sobre gênero e sexualidade são fatores que também contribuíram para a consolidação desse direito.

Em seguito, com base nas pesquisas realizadas por Itaqui (2018), Pedra (2018), Scote (2017), Silva (2017a) e Souza (2019), além das resoluções de nome social, outra estratégia identificada para democratizar o acesso de transexuais e travestis à educação superior são as ações de extensão centradas nos cursinhos pré-vestibulares direcionados para transexuais e travestis. Embora esses cursos sejam iniciativas autônomas dos movimentos de transexuais e travestis, há 02 iniciativas desenvolvidas com o apoio de universidades públicas, como o cursinho Prepara Trans por meio da Universidade Federal de Goiás (UFG) e o cursinho Transpassando por meio da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Os denominados ‘cursinhos trans’ (SILVA, 2017b) correspondem a uma das estratégias dos movimentos para incentivar e preparar transexuais e travestis a concluírem

o ensino fundamental e/ou médio e ingressarem na educação superior. Outrossim, quando efetivados como projetos de extensão, correspondem também à uma aproximação entre universidade e movimentos, corroborando a relevância da extensão para além do âmbito acadêmico.

Contudo, considerando as condições sócio-históricas e políticas que delimitam o acesso desse grupo à educação, os projetos também são atravessados pela marginalização, de forma que, além de não serem iniciativas quantitativamente suficientes para contribuir de forma contínua e produzir transformações estruturais a longo prazo, demandam outras ações para garantir a permanência das/os estudantes que não têm recursos para transporte e material escolar e/ou que precisam trabalhar durante a noite, comumente no horário das aulas (SILVA, 2017b; ITAQUI, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para democratizar o acesso de transexuais e travestis à educação superior, as universidades federais têm elaborado resoluções que garantam o uso do nome social, conforme as reivindicações dos movimentos, enquanto alguns setores têm ofertado cursinhos vestibulares, por meio dos projetos de extensão, para promover a equidade no acesso. Nessa perspectiva, tais ações se apresentam como soluções afirmativas para superar situações de injustiças que impedem o tratamento igualitário, contudo, ainda não têm forças para promover alterações estruturais da realidade socioeconômica e cultural que delimita o acesso desse grupo à educação superior no Brasil.

REFERÊNCIAS

ANDIFES. V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das Ifes – 2018. Brasília/DF: Andifes; FONAPRACE, 2019. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf> Acesso em: 08 abr. 2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil 1988, de 05 de outubro de 1988. Brasília/DF: Senado, 1988.

CORREA, Crishna Mirella de Andrade. **Subjetividades em trânsito:** nome social, travestilidades e transexualidades em duas universidades públicas do sul do Brasil. 2017. 379f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/185435> Acesso em: 04 abr. 2022.

DUBET, François. **Qual democratização do ensino superior?** Caderno CRH [online]. v. 28, n. 74, 2015, p. 255-266. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792015000200002>. Acesso em: 04 abr. 2022.

FRASER, Nancy. **Justiça interrompida:** Reflexões críticas sobre a condição “pós-socialista”. São Paulo/SP: Boitempo, 2020.

ITAQUI, Cintia. **Possibilidades de acesso à educação superior:** a experiência do transENEM Porto Alegre. 2018. 99f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade La Salle, Canoas/RS, 2018. Disponível em: <http://svr-net20.unilasalle.edu.br/handle/11690/1118> Acesso em: 04 abr. 2022.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação - Uma perspectiva pós-estruturalista.** 10 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.

PEDRA, Caio Benevides. **Acesso a cidadania por travestis e transexuais no Brasil:** um panorama da atuação do Estado no enfrentamento das exclusões. Dissertação (Mestrado em Administração pública) – Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho. Belo Horizonte/MG, 2018.

SCOTE, Fausto Delphino. **Será que temos mesmo direito a universidade?** O desafio do acesso e a permanência de pessoas transexuais no ensino superior. Dissertação de mestrado (Mestrado em educação) - Universidade Federal de São Carlos. Sorocaba/SP, 2017.

SILVA, Aline Oliveira Gomes da. **Nome social como política pública nas universidades estaduais do Paraná:** Coalizões, permanências e persistências. 2017a. 187f. Dissertação (Mestrado em ciências sociais) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017a.

SILVA, Tamires Barbosa Rossi. **Experiências Multissituadas:** Entre Cursinhos Trans e Ativismos: Quais Narrativas, Que Cidadania é Essa? 2017b. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017b.

SOUZA, Emilly Mel Fernandes de. **(Trans)passando os muros do preconceito e adenrrando a universidade:** uma análise das políticas para pessoas trans* dentro das instituições públicas de ensino superior do Rio Grande do Norte. 2019. 170f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, 2019.